

Título: Identidades/afinidades de gênero na articulação da antropologia com a história da ciência e da tecnologia¹

Autora: Dra. Carla Giovana Cabral

Filiação institucional: Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades/Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

A articulação antropologia e história, nos estudos feministas e de gênero, tem contribuído para que se resgate do esquecimento a trajetória de antropólogas de diferentes gerações e suas contribuições nos debates da época e para a constituição do campo disciplinar, nas pesquisas de campo, no ensino, nas disputas políticas. Questões próprias da identidade/afinidade dessas mulheres, como o (sobre) nome, remetem-se a como o parentesco – ter um marido antropólogo – adia projetos mais ambiciosos, escondia aptidões, era também um véu protetor. Se há notoriedade de uns e esquecimento de outras, existe também uma valorização de uma certa subjetividade, em detrimento de outra. A subjetividade empregada pelos antropólogos no exercício de sua atividade, no campo, em museus, na publicação de teses e resultados de pesquisa – registram pesquisas como a de Miriam Grossi e Marisa Corrêa – foi sobrevalorizada em detrimento daquela cujo sujeito era uma mulher. Essa imagem não se espelha tal e qual no contexto da relação gênero e história das ciências e da tecnologia, porém auxilia uma análise crítica sobre as subjetividades presentes nesse campo. Neste artigo, pretendo discutir aspectos assim na história de vida de uma engenheira brasileira pioneira, Helena Stemmer – esposa de um proeminente engenheiro e professor – e como questões relacionadas a sua identidade/afinidade de gênero velaram sua contribuição e representatividade no contexto da sua geração, na história e na engenharia ensinada nos primórdios da UFSC.

Palavras-chave: história das ciências e da tecnologia e gênero; antropologia e história; subjetividades e experiência.

*Mas a vida, a vida, a vida,
a vida só é possível
reinventada.*

Cecília Meirelles (Reivenção, 1994)

“Num final de tarde de fevereiro de 1965, um empoeirado fusca azul cruza a ponte Hercílio Luz, no sentido continente-ilha. Era Stemmer chegando a Florianópolis” (Blass, 2003, p. 37). Parece romântico chegar à Ilha de Santa Catarina, que mais se conhece pelo seu nome oficial

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil, com o apoio de bolsa de pesquisa de pós-doutorado júnior do CNPq.

Florianópolis, num final de tarde, no verão de fevereiro, por sobre uma ponte que é imagem de cartão-postal. Algo assim se pode apreender do cenário criado pelo biógrafo de Caspar Erich Stemmer a respeito de sua chegada à cidade em que trabalharia praticamente toda a sua vida, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Caspar Erich Stemmer foi um dos primeiros professores da Escola de Engenharia Industrial, predecessora do Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no início da década de 60. Foi diretor desse centro em duas gestões, reitor da Universidade, coordenador do Programa de Expansão e Melhoramentos das Instalações do Ensino Superior (Premesu), no Ministério da Educação, e secretário executivo e de desenvolvimento científico do Ministério da Ciência e Tecnologia (BLASS, op. cit., 2003; BLASS, 2005, p. 21-22). É, certamente, uma das pessoas que tem a imagem associada ao período de criação e desenvolvimento das estruturas basilares nas quais se enraizariam as atividades da área tecnológica da UFSC: articulador, empreendedor, visionário.

Se o romantismo impregnou o biógrafo pela lembrança do biografado, ou se a idéia era “uma aventura bem-vinda”, não foi essa a percepção que Helena Amélia Oehler Stemmer alimentou em sua memória.

Acabamos ficando três e depois pra sempre. Uma coisa que até me chocou no começo, me custou aceitar isso, porque eu não vim com esse espírito, de ficar aqui. Ficar por dois anos era uma aventura bem-vinda. Mas depois ficar três, depois de ficar dois, se fica três sem grandes problemas. Mas depois ficar pra sempre foi difícil, apesar de que eu já tinha amigos, e tudo. Mas é que os meus familiares estavam todos em Porto Alegre. Meus pais faleceram, eu estava aqui. Até cheguei tarde para o enterro de minha mãe. Então, tudo coisas que marcam a gente. (Stemmer, 2004, apud Cabral 2006, p. 104)

Mesmo que o nome denuncie o parentesco, posiciono Helena: ela é a esposa de Caspar Erich Stemmer. Ou seria *dona* Helena, como sua identidade acabou construída em seus anos de trabalho como professora no departamento de Engenharia Civil da UFSC e na relação com Stemmer? Ou numa designação mais pontual, *professora* Helena, única chefe de um departamento de Engenharia nessa universidade que tem quase 50 anos; e ainda *diretora* Helena, uma das duas únicas mulheres a ocupar a direção do Centro Tecnológico (CTC) desde sua fundação.

Neste artigo, eu perpasso questões da história da antropologia e da engenharia a partir da categoria gênero, tentando mostrar a emergência de afinidades na construção das identidades de pesquisadoras e professoras, sejam antropólogas ou engenheiras. Inicialmente, discorro sobre a geração de mulheres pioneiras nas faculdades de engenharia brasileira, ressaltando alguns aspectos da trajetória de Helena Stemmer. Questões relacionadas à identidade são discutidas a seguir, especialmente aquelas relacionadas ao “nome próprio”, como um primeiro ensaio no contexto da pesquisa de pós-doutorado intitulada “O avesso da tecnologia: um olhar antropológico sobre a história de vida de Helena Amélia Oehler Stemmer”.

Contextos do Sul²

A criação da Academia Real Militar, em 1810, inaugura o ensino de engenharia formal no Brasil, embora já existissem, anteriormente, cursos isolados, como a famosa “Aula de fortificação”, em 1719 (Telles, 1984, p.65- 67). Sessenta e três anos depois, em 1873, às vésperas da Proclamação da República, origina-se dessa academia, denominada Escola Central anos antes, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Nessa época, as mulheres ainda estavam impedidas de estudar em cursos universitários, algo que mudou a partir de 1879 com a Reforma Leôncio de Carvalho (Lopes, 1998, p. 365).

Segundo Telles (Idem, p. 398), somente os homens freqüentavam a Politécnica carioca nos primeiros tempos e isso era comum a outras escolas de ensino superior do Brasil. Na Escola Politécnica de São Paulo, criada em 1893, há o registro de uma aluna, Eunice Peregrino de Caldas, como ouvinte, no ano de 1899 (Samara e Facciotti, 2004, p.25). E nada mais foi encontrado a respeito dela nos arquivos da Universidade de São Paulo (USP) por essas pesquisadoras, que aí vivenciaram uma das dificuldades para escrever a história das mulheres: “Sua presença é freqüentemente apagada, seus vestígios desfeitos, seus arquivos destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígios”, como ensina Perrot (2007, p.21).

Engenheiras começaram a se formar no início do século XX. No livro *Jubileu da Escola Politécnica* (RJ) – obra que registra os formados até 1924 – aparecem os nomes de Edwiges Maria Becker, Anita Dubugras, Iracema da Nóbrega Dias e Maria Esther Corrêa Ramalho, que

² Baseado no artigo CABRAL, Carla; BAZZO, Walter Aantonio. “Helena Amélia Oehler Stemmer: Trajetória de Uma Engenheira Pioneira no Sul do Brasil”. In: **II Simpósio Nacional de Tecnologia e Sociedade**, 2007, Curitiba: UTFPR-PPGTE, 2007.

receberam seus diplomas em 1919, 1920, 1921 e 1922, respectivamente. Ou seja, nesses quatro anos, apenas uma engenheira formou-se por ano na Politécnica. Edwiges, conforme Telles escreveu em sua história da engenharia, deve ter sido, possivelmente, a primeira mulher a se matricular naquela escola. Mas foi Iracema, graduada em 1921, que se tornaria a primeira professora da Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

A pioneira a se graduar em engenharia na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, em 1928, foi Anna Frida Hoffman, que mais tarde integrou-se ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas como funcionária. A segunda engenheira só se graduaria em 1945: Josephina Pedroso Rosenberg exerceu a docência em Engenharia Química, por pouco tempo porém, do final dos anos 60 ao início dos 70 do século XX (Idem, p. 25-26). No entanto, nessa instituição, Alcina Maria Moura aparece como ouvinte, em 1904, e, na mesma condição, no Curso de Engenharia Civil, um ano depois. Segundo os poucos registros, ela optou pelo curso de engenheiros arquitetos logo depois (Idem). Ela tinha apenas 15 anos.

No Sul do Brasil, escolas de engenharia começam a ser criadas ainda no século XIX. A mais antiga é a Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), implantada em 1896, três anos depois da Politécnica de São Paulo.

No Paraná, um Curso de Engenharia Civil na Universidade Federal do Paraná (UFPR) começou em 1912 em Curitiba (Farias, 2006, p.34). Somente três décadas depois, forma-se a primeira engenheira, Enedina Alves Marques. A segunda, Francisca Maria Garfunkel Richbieter, recebe o diploma em 1950 (Idem, p.34-37).

É também nesse ano que se gradua uma das primeiras engenheiras do Rio Grande do Sul, Ducey Vargas Alves, graduada em Civil³. Três anos depois, forma-se Helena Amélia Oehler Stemmer. Ela foi a primeira engenheira professora do CTC/UFSC, que se origina da Escola de Engenharia Industrial (EEI) criada em 1966.

³ Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul. "Engenheira mais antiga viva do Estado recebe homenagem da SERGS". Boletim Eletrônico, 6 de março de 2007. Acesso em 06/07/2007: http://host384fnx.plugin.com.br/ conteudo/interno.php?ativo=NOTICIAS&sub_ativo=SAIBA MAIS&id=602&PHPSESSID=094e19c40cb1ad0c56756887e8f89d11.

Cruzando a ponte cartão-postal...

A graduação em Engenharia Civil foi a terceira a ser implementada na Escola de Engenharia Industrial de Florianópolis, em 1967. Seu currículo foi inspirado no curso da Universidade de Brasília (UnB), com uma primeira versão orientada para a área de Transportes. Esse currículo já começou praticamente no terceiro ano, pois os primeiros 28 alunos que ingressaram em março de 1968 já haviam cursado os dois anos básicos da Escola (Stemmer; Ferreira, 1995, p. 35-36). Helena Stemmer, em 1969, era responsável pela área de Estática das Estruturas e lecionava “estabilidade das estruturas”.

Ela foi, durante três anos, a única professora da EEI. Em 1972, Carmem Seara Cassol, formada em Arquitetura pela UFRGS, é contratada para a área de projeto arquitetônico, mas em 1979 transfere-se para o Departamento de Arquitetura e Urbanismo (ARQ). Na década de 70, além desta, outras sete professoras ingressam na Civil – quatro delas, a exemplo de Carmem, deslocam-se para o ARQ.

No entanto, é possível considerar que até a entrada de Nora Maria De Patta Pillar e Glaci Inês Trevisan Santos, em 1977, Helena foi a única engenheira professora da Escola de Engenharia Industrial. Antes de Nora e Glaci, Helena Napolini era contratada como professora do Departamento de Engenharia Elétrica. Helena Napolini foi a terceira engenheira a se tornar docente na EEI.

Helena Stemmer fez uma carreira fundamentada no ensino e na gestão acadêmica. Além de sempre lecionar a disciplina estática das estruturas, a professora foi coordenadora do curso de graduação de 1976 a 1983; ocupou a 11^a. chefia do Departamento de Engenharia Civil, de 1988 a 1990. Segundo os relatos colhidos e consultas aos departamentos, Helena Stemmer foi a única mulher a ocupar a chefia de um departamento de engenharia no CTC em quase 50 anos. No início do mandato na Civil, em 1988, encarou a eleição para a vice-diretoria do CTC. E foi eleita. Com o afastamento do diretor por causa de um acidente, ocupou a direção por seis meses.

Comparativamente a uma geração mais atual⁴, engenheiras da geração de Helena encontraram contextos de atuação que lhes exigiram um pioneirismo na criação de

⁴ Me refiro aqui à geração que discuto em minha tese de doutorado, mulheres nascidas nas décadas de 1950 e 1960. CABRAL, Carla Giovana. **O conhecimento dialogicamente situado: histórias de vida, valores humanistas e consciência crítica de professoras do Centro Tecnológico da UFSC**. 2006. 205 f. Tese (Doutorado em Educação

departamentos, construção de currículos na área de ensino, subvertendo de certa forma o caráter mais masculino ainda da educação tecnológica da época. Eram presenças solitárias e bastante pontuais até a década de 60.

Altamente especializada hoje, a engenharia se estabeleceria como profissão das décadas de 1930 a 1970, no desenrolar de um processo de industrialização substitutivo às importações e de internacionalização do mercado interno (Bruschini e Lombardi, 1999). Sem esquecer que foi na década de 60 que se reúnem em universidades diversas faculdades isoladas em vários estados brasileiros (Silva, 2003). Além disso, a modernização e a urbanização das cidades provoca mudanças no processo de escolarização feminina (Azevedo e Ferreira, 2006, p. 213-254) e também uma demanda por profissionais de áreas como a engenharia para projetar novos espaços de circulação e permanência humana e de capital. São contextos que colaboram com uma certa abertura para as mulheres nessa área do conhecimento e carreira de prestígio na sociedade.

Casamento, (sobre) nomes e (re) nomes

A relação de parentesco que renomeia Helena (pois seu sobrenome de família é Oehler) para Stemmer, pode ser lida como construtora de um duplo sentido: Stemmer é um nome que a protege; mas também de certo modo a desqualifica em sua história de vida e trajetória de pioneirismo e liderança para uma mulher na engenharia das décadas de 50 e 60. Essa relação não é exclusiva de uma engenheira naquele momento histórico – início do século XX. Em outras áreas da produção de conhecimento, em que subjetividades estão em jogo – apesar do ideal Positivista de uma ciência pretensamente neutra – relações de parentesco como o casamento marcaram a trajetória de antropólogas que eram vistas muito mais como *esposas* de pesquisadores, como escreveu Marisa Corrêa em *Antropólogas e Antropologia* (2003). Ainda na Antropologia, mas saltando no tempo e no espaço, a pesquisa de Miriam Grossi sobre as antropólogas francesas no contexto da antropologia do século XX, especialmente as alunas de Marcel Mauss (Grossi, 2006, p. 239-258), nos informa como as contribuições de pesquisadoras/professoras foram esquecidas, quando seu *campo* eram terras distantes e povos “primitivos” ou mesmo no *campo* que se produzia na formação dos alunos.

Desloco o *campo* para as “salas de aula”, para a relação “educador-educando”. Entendo que esse é também lugar de produção de conhecimento (Freire, 2004). E se se tem encontrado mulheres nessa posição e pensamos na ciência e na tecnologia como uma construção social na história, devemos olhar para esses espaços no potencial que eles representam como singulares na relação subjetividade-objetividade e nas experiências feministas/femininas. São também lugares de resistência a relações desiguais de poder nos territórios e hierarquias acadêmicas, a promoção de um nova forma de subjetividade, talvez, como diz Foucault (1995, p. 239), “através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos”.

Se comecei com a biografia do *esposo* de Helena para indicar possíveis articulações com a entrada e permanência de mulheres em áreas científicas tão *diferentes* quanto a Antropologia e a Engenharia é porque quis apresentar a idéia de que as diferenças entre objetos de conhecimento, sem falar em teorias, metodologias, assim como categorias como classe e raça, são desafiadas quando lançamos mão da categoria gênero para interpretar trajetórias (Corrêa, 2003, p. 16). Tento extrapolar suas posições de antropólogas ou engenheiras, singularmente, para situá-las como cientistas, ou como mulheres tentando fazer ciência num momento histórico de certa forma um tanto inóspito pelos papéis sociais que lhes eram imputados.

Se a identidade de Dina esteve reclusa ao “casal Lévi-Strauss” (Corrêa, op. cit., p. 19-20) ou Helena grafada muito mais como esposa de Stemmer do que professora de grande importância no CTC na biografia já citada e pelo que se pôde parágrafos atrás dela conhecer é porque essas informações convergem para a posição de coadjuvantes a que foram escanteadas na história, quando não simplesmente esquecidas. Esse movimento também varre as suas contribuições nos momentos históricos e condições sociais em que trabalharam como professoras e/ou pesquisadoras e as subjetividades engendradas no processo de construção do conhecimento, nas salas de aula e outros espaços com os alunos, nas pesquisas. De que subjetividades estamos falando e qual é o valor da experiência nesse movimento/processo histórico?

A história das ciências, de seu berço tradicional, como leu Maria Margaret Lopes (1998), não contemplou a presença da mulher em áreas científicas ou tecnológicas. Foi a crítica feminista, debatendo, por exemplo, com a filosofia da ciência e se empenhando em resgates históricos, a partir da primeira metade do século XX, que tentou desconstruir a idéia de uma ciência androcêntrica, ou seja, marcadamente masculina, no protagonismo, nos discursos, nas práticas científicas, espistemologicamente.

Com diferentes perspectivas, pensadoras feministas defenderam a existência de um sujeito social e historicamente situado capaz de subverter a objetividade absoluta⁵. Tratava-se de engendrar a posição desse sujeito, pensando no caráter cognitivo, social, político e as subjetividades feministas/femininas, notadamente dialéticas, possíveis na gênese do conhecimento.

Perspectivas como a do “enfoque psicodinâmico” de Evelyn Fox Keller⁶, do “ponto de vista feminista” de Sandra Harding⁷, a “objetividade parcial” de Donna Haraway⁸ ou “os valores na atividade científica” de Helen Longino⁹ rebatem a idéia de um sujeito que vê seu objeto de conhecimento de nenhum lugar. Com isso, tentam derrubar a tese reforçada pelo Positivismo Lógico de pretensa neutralidade da ciência; estabelecem também um elo crítico entre ciência e sociedade; engendram esse sujeito e o problematizam como agente na construção do conhecimento.

Entendo que, se a filosofia da ciência é campo importante para a discussão epistemológica que ainda hoje precisamos fazer do lugar de pesquisadoras da área dos estudos feministas da ciência e da tecnologia, por outro, coloca-nos nos a necessidade de (re) pensar essa mesma epistemologia. A crítica feminista sobre as ciências e a tecnologia engendrou o sujeito do conhecimento e o situou em lugares como o cognitivo (Keller), o social (Harding) e o político (Haraway). E quando digo (re) pensar olho para a construção das subjetividades engendradas e reflito como a discussão que faz Joan Scott (1999) do conceito de experiência e sua historização poderia ajudar.

Entender a construção dessas subjetividades em termos de experiência talvez nos ilumine caminhos de pesquisa e interpretação das realidades em que nossas próprias posições se sujeitem a deslocamentos, no diálogo, e nas relações de poder que estabelecemos com nossos informantes, personagens, leituras,¹⁰. Assim, tanto no caso das antropólogas, quanto no das engenheiras,

⁵ Discussões que contemplam revisões e o aprofundamento de algumas questões a respeito da epistemologia feminista podem ser encontradas, por exemplo, em Lopes (1998), Citeli (2000), Cabral (2006).

⁶ KELLER, Evelyn Fox. **Reflections on Gender and Science**. New Haven/ London: Yale University Press, 1985.

⁷ HARDING, Sandra. **Whose Science Whose Knowledge? Thinking from Women's lives**. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

⁸ HARAWAY, Donna. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminino e o privilégio da perspectiva parcial”. In **Cadernos Pagu**. n.5, 1995, p. 07-41.

⁹ LONGINO, Helen. *Science as Social Knowledge: values and objectivity in scientific inquiry*. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

¹⁰ Dialogo aqui com “Anotações para um diário de campo sobre a mesa-redonda Desafios da Etnografia Hoje”, com @s antropólog@s Claudia Fonseca, Cornélia Eckert e Hélio Silva, dia 31 de março, no Centro de Filosofia e

podemos encontramos construção de conhecimento em espaços não tradicionais de pesquisa, como as salas de aula, a interação com @s alun@s, algo que precisamos mais de perto investigar, requerendo, também para essas mulheres – professoras – um estatuto de autoridade científica que a ciência moderna concedeu muito mais àqueles que fazem pesquisa como entendida institucionalmente, num laboratório, por exemplo. E foi justamente em relação à pesquisa e às poucas mulheres que ocupavam esse privilegiado espaço de poder que a epistemologia feminista encetou a sua crítica. Questionava-se quantas eram essas mulheres e onde estavam fazendo pesquisa, mas não se olhou para aquele grupo que ensinava as mais variadas ciências, por exemplo, e que, entendido o espaço do ensino como produção de conhecimento, também pesquisava. Se falávamos em história das ciências, talvez agora seja melhor acertar a discussão em termos lingüísticos e entendê-la em termos de “ensino e história das ciências”. Não mudamos o objeto de pesquisa, as pesquisadoras, mas as consideramos movendo-se/atuando em outras posições e estabelecendo novas relações, investindo também em intersubjetividades, calçadas em suas experiências.

[...] a experiência é coletiva assim como individual. Experiência é uma história do sujeito. A linguagem é o local onde a história é encenada. A explicação histórica não pode, portanto, separar as duas. (Scott, 199, p. 42)

Antropólogas e engenheiras: questões de identidade e experiência

Em *Antropólogas e Antropologia*, Marisa Corrêa nos convida a ler a história de Emilia Snetlage, Leolinda Daltro e Heloisa Alberto Torres não apenas como invasão do espaço público e subversão de suas lógicas ou ameaça à ordem institucional, mas também a desconstruir suas trajetórias “romanceadas” e até mesmo grafadas (ou não) no imaginário ou numa história da antropologia tradicional que não permitiria perpassar o gênero.

Uma segunda questão, diretamente suscitada pela discussão anterior, diz respeito as relações entre homens e mulheres naquela esfera pública, já que se poderia dizer que, ao entrarem no serviço público ou postularem cargos públicos – o que era explicitamente censurado por vários porta-vozes do decoro social da época –, não era apenas como indivíduos invasores que elas eram vistas, mas como portadoras de “outra lógica”, a lógica da esfera “doméstica”, que poderia poluir a lógica da esfera pública. Essa poluição é justamente o que se pode ler nas entrelinhas de todas as acusações contra nossas três personagens em momentos de crise [...]. (Corrêa, Idem, p. 15-16)

Essa poluição me suscita pensar o ensino em muitas áreas do conhecimento ou determinadas áreas como “lugar de mulheres” e o quanto isso tem implicado, também, historicamente, em desqualificação desse lugar (Louro, 2007, p. 443-481).

A questão biográfica é importante na obra citada de Marisa Corrêa porque o ser mulher e por isso aparecer na literatura como coadjuvante, a “notoriedade retrospectiva” e mesmo o esquecimento ganha uma releitura que é também um movimento de afirmar ou refutar um renome. À época estudada por Marisa – final do século XIX aos inícios dos anos 40 do século XX – era raro uma mulher em busca de renome. Em outras palavras, em busca de reconhecimento.

Biografias, em sua forma tradicional, ainda são um gênero baseado num curso oficial de uma vida. O nome próprio, como diz Bourdieu (1996, p.187), “é o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento de suas sucessivas manifestações e da possibilidade socialmente reconhecida de totalizar essas manifestações em registros oficiais, *curriculum vitae*, *cursus honorum*, ficha judicial, necrologia ou biografia, que constituem a vida na totalidade finita, pelo veredicto dado por um balanço provisório ou definitivo”.

Mas renome tem outra conotação. Provindo de renomear – ser nomeado novamente –, significa, no caso de antropólogas estrangeiras ou algumas brasileiras esposas de pesquisadores citadas por Marisa, adotar uma nova identidade social ao assumir o sobrenome de um outro, que seria o de seu marido. Dentre as trajetórias interpretadas por Marisa, encontramos esposas de antropólogos que eram também antropólogas, mas consideradas esposas em primeiro lugar; algumas se reconhecem pesquisadoras após a morte de seus companheiros; outras, escorregam para o esquecimento ou para constar como personagens coadjuvantes em biografias de seus heróicos maridos, enquanto elas talvez ressurgam como “aventureiras”. Não se pode deixar de mencionar o caso de pesquisadoras solteiras, que, na época estudada por Marisa, eram vistas com o olhar da sociedade da época, com uma certa “má vontade”, o que a elas criava uma série de dificuldades para realizar suas pesquisas. Foi o caso de Ruth Landes (Corrêa, op. cit., p. 24)¹¹.

¹¹ Em *Antropólogas & Antropologia*, há um capítulo dedicado à Ruth Landes, em que questões de raça/etnia e gênero são discutidas – “O mistério dos orixás e das bonecas: raça e gênero na antropologia brasileira”.

Os problemas de personagem coadjuvante na biografia do marido e o de passar a ser conhecida muito mais como esposa do que na trajetória de liderança que empreendeu brotam na história de vida de Helena Stemmer. Ela também não estava, na década de 50, buscando renome, mas já fazia parte de uma primeira geração fruto da institucionalização de certas áreas das ciências no Brasil, no caso dela, a engenharia.

Numa retomada da biografia do *esposo* de Helena, lemos, que, discursivamente, sua primeira aparição é como esposa; num outro esparso momento, é interrogada sobre a possibilidade de renúncia de sua exitosa carreira de calculista em Porto Alegre; sim, há uma rápida menção a sua carreira na Engenharia Civil da mesma universidade. A biografia está por ser concluída, e lemos Stemmer e a sua esposa, os dois, agora, aposentados, novamente como um casal. Então, a relação que prepondera oficialmente é a de parentesco, por meio do casamento, obstruindo a edificação pública de uma identidade profissional, que era praticamente na mesma área da do marido.

Escrita no contexto da Coleção Anísio Teixeira, patrocinada pela Capes, a biografia de Stemmer escrita por Arno Blass, ex-professor e ex-diretor do CTC da UFSC, evoca o biografado como personagem principal. É um relato oficial, e, por enquanto, o que foi publicado, o que edifica o biografado e lhe dá, pela voz de um outro, a notoriedade, o renome. É um homem, professor de engenharia, contando a vida de outro homem, também professor de engenharia, nele possivelmente projetando-se autobiograficamente.

A história de vida de Helena pertence muito mais às memórias dos que ainda estão vivos e contam o que viram ou vivenciaram, do que ao discurso *oficial*, exceto pelo livro que escreveu com Ronaldo da Silva Ferreira, a propósito dos 25 anos da Engenharia Civil da UFSC. Não há aí um tom autobiográfico de fato, visto que haveria a necessidade de uma mesma identidade entre @ autor@ e o do personagem principal – um “pacto autobiográfico, como define Lejeune (1996, p.8). No entanto, essa narrativa pode ser lida como uma forma de, no registro da memória do departamento onde trabalhou e teve uma liderança, tentar registrar sua própria trajetória. Como explicaríamos isso em termos de subjetividades, experiência e memória?

Ler a trajetória de Helena em termos da experiência constitutiva de suas subjetividades e no que isso pode ser representativo de uma primeira geração de engenheiras, e engenheiras que

foram ensinar nas universidades, suplanta a experiência de esposa com a qual é sobretudo representada na biografia de Stemmer.

Helena, assim como as antropólogas estudadas por Marisa e Miriam, ao serem resgatadas, são novamente renomeadas, como se a (re)escritura e a (re)interpretação de suas trajetórias as batizasse com novos nomes a partir de um olhar de gênero. Suas subjetividades, e as experiências que as constroem, passam a ser entendidas em outros termos e seus nomes podem passar a ser considerados não como (sobre) nomes, mas prenomes próprios: Dina, Ruth, Heloisa, Helena...

Referências

- AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. “Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 27, 2006.
- BLASS, Arno. **Caspar Erich Stemmer: administração, ciência e tecnologia**. Brasília: Paralelo 15, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coords.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. “Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras, profissionais de prestígio”. In *Revista de Estudos Feministas*, v.7. n. 1 e 2. Rio de Janeiro/Florianópolis: IFCS/UFRJ e CFH/UFSC, 1999.
- CABRAL, Carla ; BAZZO, Walter Antoni. Helena Amélia Oehler Stemmer: Trajetória de Uma Engenheira Pioneira no Sul do Brasil. In: **II Simpósio Nacional de Tecnologia e Sociedade**, 2007, Curitiba: UTFPR-PPGTE, 2007.
- CABRAL, Carla. **Anotações para um diário de campo sobre a mesa-redonda “Desafios da Etnografia Hoje”**. Florianópolis: manuscrito, dia 31 de março de 2008.
- CITELI, Maria Teresa. “Mulheres nas Ciências: mapeando campos de estudo”, in LOPES, Maria Margaret (Org.) **Cadernos Pagu: gênero, ciência, história**. Campinas: Universidade de Campinas: Unicamp, 2000.
- CORRÊA, Mariza. **Antropólogas & Antropologia**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- FARIAS, Benedito Guilherme Falcão. **Gênero no mercado de trabalho: mulheres engenheiras**. Curitiba. 2007. Dissertação (mestrado)-Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, defendida e aprovada em 25 de junho de 2007.
- FOUCAULT, Michel. “O sujeito e o poder”. In DREYFUS, Hubert L. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- GROSSI, M. P. “Duas Germaines e Uma Denise: as alunas de Mauss”. In: Motta, Antonio;Cavignac, Julie. (Org.). **Antropologia Francesa no Século XX**. 1.^a ed. Recife: Massangana, 2006.
- GROSSI, Miriam. “Na busca do ‘outro’, encontra-se a ‘si mesmo’”. In **Trabalho de Campo & Subjetividade**. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina, 1992.
- LEJEUNE, Phillipe. **Le pacte autobiographique**. Paris: Editions du Seuil, 1996.
- LOPES, Maria Margaret. “‘Aventureiras’ nas ciencias: refletindo sobre gênero e história das ciências no Brasil. **Cadernos Pagu**, v. 10, p. 82-93, 1998.
- LOURO, Guacira. “Mulheres na sala de aula”. In PRIORE, Mary del (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.
- SAMARA, Eni de Mesquita; FACCIONI, Maria Cândido Reginato. **Mulheres politécnicas: histórias e perfis**. São Paulo: Epusp, 2004.
- SCOTT, Joan. “Experiência”. In SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina de Oliveria (Orgs.). In **Falas de Gênero: teorias, análises, leituras**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999.
- SILVA, Alberto Carvalho da Silva. “Alguns problemas do nosso ensino superior”. In. **Estudos Avançados**, Vol. 15, Número 42, Maio/Agosto, 2001, pp. 269-293.
- STEMMER, Helena Amélia; FERREIRA, Ronaldo da Silva. **Engenharia Civil 25 anos**. Florianópolis: edição de autor, 1995.
- TELLES, Pedro Carlos da Silva. **História da Engenharia no Brasil - Sec. XVI a XIX**, v. 1. Rio de Janeiro: Clube da Engenharia, 1994.
